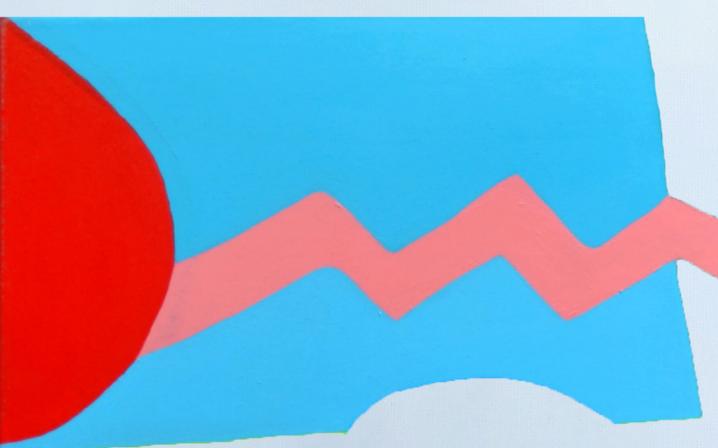




TIP

REVISTA TIP GLOBAL: LA PARADIPLOMACIA EN LOS 5 CONTINENTES



TIP | EDITORIAL

Año 12 - N° 1
ISSN: 1853-9939.



Trabajos de Investigación en Paradiplomacia, Año 12, Número 1.
Buenos Aires, Argentina, Marzo 2023. ISSN: 1853-9939.

TIP (Trabajos de Investigación en Paradiplomacia).

Revista académica de acceso libre y gratuito. Disponible en www.paradiplomacia.org. Los trabajos incluidos en este número fueron dictaminados y revisados por el Consejo Asesor y el Equipo Editorial TIP (Ver nota metodológica). Las opiniones expresadas en los mismos son responsabilidad de los autores y pueden no coincidir con aquellas de los integrantes de TIP. Todos los derechos reservados. Se autoriza la reproducción y difusión de material contenido en esta revista para fines educativos u otros fines no comerciales sin previa autorización escrita de los titulares de los derechos de autor, siempre que se especifique claramente la fuente. Se prohíbe la reproducción del material contenido en esta revista para reventa u otros fines comerciales sin previa autorización escrita de los titulares de los derechos de autor. Las peticiones para obtener tal autorización deben dirigirse a la Editora en Jefe y al Equipo de TIP Editorial por correo electrónico a tip@paradiplomacia.org.



Paradiplomacia.org

Copyright © 2023, Paradiplomacia.org

EQUIPO

DIRECTOR

Nicolás Mancini

EDITORA EN JEFE

Jolie Guzmán

COORDINADORA DE PROYECTO

Rosario Robiou

CONSEJO ASESOR

Mariano Álvarez

Paola Arjona

Denisse Grandas

Ray Freddy Lara Pacheco

Manuel Martínez Justo

Rodrigo Perpetuo

Esther Ponce

Octavi de la Varga

EQUIPO EDITORIAL

Erick Álvarez

Geovana Bardesio

Martín Gonzalo Britos

Facundo Alejo Osuna

Rosario Robiou

Priscila Rosso

Denise Sanviti

Francia Serrano Silva

Camila Ventura

Renata Toledo

DISEÑO GRÁFICO

Nicolás D'Alessandro

ARTE

Sebastián Peronja "Per"





ÍNDICE

Mensaje del director

Nicolás Mancini 5

Nota de la editora

Jolie Guzmán 6

Nota metodológica

..... 10

NOTAS CORTAS

A strengthened local voice for a revitalized multi-lateral system.

Emilia Saiz 12

Los Estados Unidos de China.

Carles Llorens 17

¿Diplomacia o Paradiplomacia?

Luz Araceli González 20

La paradiplomacia o diplomacia subnacional llegó para quedarse.

Sergio Escobar 23

RE-ACTIVA.MX: una iniciativa para combatir la crisis climática en México, desde las calles

Kennia Aguirre 25

ARTÍCULOS

La paradiplomacia de Gales antes, durante y después del Brexit.

Dennis Sorondo 32

Paradiplomacia japonesa: características y perspectivas generales.

Pamela Angulo 50

¿Los enfoques feministas de relaciones internacionales nos permiten re-pensar el concepto de paradiplomacia?

Rocío Andía y Lucila Bensegues 69

Global climate governance and gender lens in the city of Recife's paradiplomacy: an approach under construction.

Marília Bonfim y Thais Ribero 84

Paradiplomacia e institucionalização: a experiência das relações internacionais da municipalidade de Curitiba.

Dr. José Ricardo Martins, Dr. Mario Prokopiuk 104

Una perspectiva postmodernista al estudio de la acción internacional de los actores locales

José Manuel Leal 128

Os tratamentos dados pela mercocidades e pela zicosul aos temas de desenvolvimento sustentável e social.

Luan Olliveira Pessoa y Catharino Pereira dos Santos 142

Paradiplomacia en Cataluña: Análisis del separatismo político y la búsqueda por el reconocimiento internacional.

Jéssica Santos Messias, Ariane Almeida Pedroso Tozeti, Larissa da Silva Costa, Lucas Inácio Cardoso Felisberto 157

¿Cómo los gobiernos subnacionales contribuyen a la implementación del acuerdo de París? El caso de Ecuador.

Wilson Lechón 180

A rede de cidades criativas da unesco como instrumento de paradiplomacia de cidades brasileiras.

Fabrizio Rangel 195

OS TRATAMENTOS DADOS PELA MERCOCIDADES E PELA ZICOSUL AOS TEMAS DE DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL E SOCIAL

LUAN OLLIVEIRA PESSOA Y CATHARINO PEREIRA DOS SANTOS

Abstract

In South America, two regional initiatives carried out by sub-national governments of different administrative spheres stand out: Mercocities and the South America Midwest Integrated Zone (ZICOSUR). Both were founded in the 1990s, a period of “new regionalism” and the rise of global issues. The aim is to compare its thematic axes, identifying priorities and treatments conferred since their foundation. To this end, documentary and bibliographic research was carried out to compare them and to argue that both had their own motivations and emphases in the application of the global issues of sustainable development and social development.

Keywords: development, Mercocities, paradiplomacy, regionalism, ZICOSUR.



@ sebastian_peronja

Resumo

Na América do Sul, destacam-se duas iniciativas regionais levadas a cabo por governos subnacionais de diferentes esferas administrativas: a Mercocidades e a Zona de Integração do Centro-Oeste da América do Sul (ZICOSUL). Ambas foram fundadas na década de 1990, período do “novo regionalismo” e ascensão dos temas globais. Objetiva-se comparar os eixos temáticos abarcados por elas, identificando seleções de prioridades e tratamentos conferidos desde a fundação aos temas globais de desenvolvimento sustentável e desenvolvimento social. Para tal, procedeu-se com pesquisa documental e bibliográfica, o que propiciou compará-las e argumentar que ambas tiveram motivações e ênfases próprias na aplicação desses temas.

Palavras-chaves: desenvolvimento, Mercocidades, paradiplomacia, regionalismo, ZICOSUL.

LOS TRATAMIENTOS DADOS POR MERCOCIUDADES Y ZICOSUR A LOS TEMAS DE DESARROLLO SOSTENIBLE Y SOCIAL

LUAN OLLIVEIRA PESSOA Y CATHARINO PEREIRA DOS SANTOS

Resumen

En Sudamérica se destacan dos iniciativas regionales de gobiernos subnacionales de diferentes ámbitos administrativos: Mercociudades y la Zona de Integración del Centro Oeste de América del Sur (ZICOSUR). Ambas se fundaron en la década de los 90, periodo del “nuevo regionalismo” y auge de los temas globales. El objetivo es comparar los ejes temáticos, identificando prioridades y tratamientos conferidos por las iniciativas a los temas globales de desarrollo sostenible y desarrollo social. Para eso, se llevó a cabo una investigación documental y bibliográfica que permitió compararlas y argumentar que ambas tenían sus propias motivaciones y énfasis en aplicar esos temas.

Palabras claves: desarrollo, Mercociudades, paradiplomacia, regionalismo, ZICOSUR.

INTRODUÇÃO

Na América do Sul, destacam-se duas iniciativas regionais levadas a cabo por governos não centrais: a Mercociudades e a Zona de Integração do Centro-Oeste da América do Sul (ZICOSUL). Outras características em comum incluem o período de fundação na década de 1990 — respectivamente 1995 e 1997 —, e a expansão em termos de adesões de membros, o que implica que têm atraído a atenção de outros governos não centrais sul-americanos. Mas distinguem-se ao serem constituídas por governos de esferas diferentes: enquanto cidades participam da Mercociudades, a ZICOSUL é formada por unidades subestatais intermediárias (departamentos bolivianos, paraguaios e uruguaios, estados brasileiros, etc.).

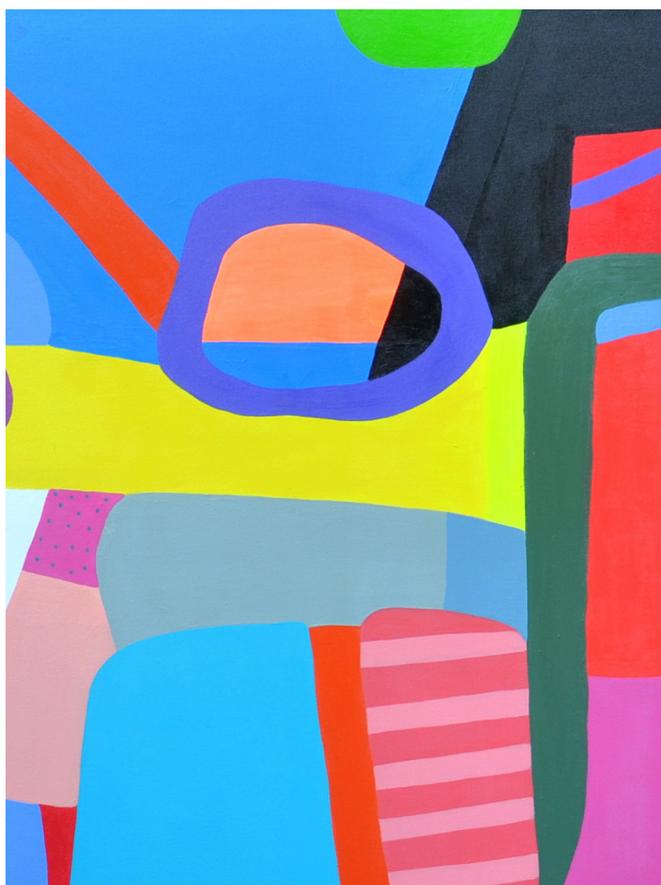
No espaço mais amplo latino-americano e caribenho, o desenvolvimento é uma orientação histórica de reflexões e iniciativas regionais desde o século XIX (Briceño Ruiz, 2012). Essa orientação ganhou adjetivos na política global durante a década de 1990 e o início da “agenda social da ONU” (Lindgren-Alves, 2018:47). À época, além de os governos não centrais estarem na leva de novos atores com destaque

crescente na arena global (Duchacek, 1984; Soldatos, 1990; Cornago, 1999; Kuznetsov, 2014), desenvolvimento sustentável e desenvolvimento social foram parte dos “novos temas” que ganharam relevância e deram outros contornos ao que já se discutia historicamente na América do Sul.

A partir das similaridades do contexto de fundação de ambas as iniciativas, Mercociudades e ZICOSUL, e da dessemelhança do tipo de membros, objetivava-se comparar os eixos temáticos abarcados por elas, identificando seleções de prioridades e tratamentos conferidos desde a fundação, com atenção principal aos temas do desenvolvimento sustentável e social. A dessemelhança supracitada suscita expectativas de que ela produza diferenças no tratamento dos dois temas. Para averiguar tal relação, procede-se com pesquisa documental envolvendo os textos fundacionais das duas iniciativas regionais. Além disso, a pesquisa bibliográfica congrega discussões de regionalismo e paradiplomacia a fim de subsidiar a análise documental e contextualizar os direcionamentos nos temas na Mercociudades e na ZICOSUL.

Este artigo é organizado em três seções, para além da introdução e das considerações finais. Na primeira delas, oferece-se o contexto da década de 1990 para fundação de ambas as iniciativas até a chegada ao período atual. Na segunda, apresenta-se a Mercocidades e a ZICOSUL enfatizando as prioridades temáticas registradas nos documentos fundacionais, seus objetivos, o sentido da integração regional, como também aquelas registradas na estrutura institucional de seus órgãos temáticos (unidades temáticas na Mercocidades e comissões na ZICOSUL). Finalmente, enfoca-se mais estritamente a especificação do tratamento conferido a dois dos temas globais (desenvolvimento sustentável e desenvolvimento social) na terceira seção.

Tal comparação propiciou argumentar, nas considerações finais, que governos municipais e governos intermediários atuam internacionalmente em redes sob influência de políticas globais e regionais, mas não conferem o mesmo tratamento aos temas. Apesar da fundação no contexto da década de 1990, Mercocidades e ZICOSUL têm suas próprias histórias, ao passo em que elas repercutem, por exemplo, nos temas do desenvolvimento sustentável e do desenvolvimento social.



GLOBALIZAÇÃO, REGIONALISMO E OS TEMAS GLOBAIS

Em qual contexto os eixos temáticos da Mercocidades e ZICOSUL foram selecionados e priorizados? Esse questionamento guia esta seção para compreender, posteriormente, os contrastes entre Mercocidades e ZICOSUL e antes de apresentá-las mais detidamente quanto àqueles elementos com os quais elas interagiram não necessariamente na mesma intensidade. Assim, cabe rever o contexto da década de 1990, período quando ambas foram fundadas e no qual se destaca a globalização neoliberal com repercussões mundiais e nas políticas regionais. E essas repercussões vão além da economia, ao passo que outros atores e questionamentos desafia(ra)m o Estado nacional.

Os governos não centrais estão na leva de novos atores que, a partir da década de 1980, postaram-se com cada vez mais destaque na arena global (Duchacek, 1984; Soldatos, 1990; Cornago, 1999; Kuznetsov, 2014). Esse fenômeno ficou conhecido como paradiplomacia e, desde então, instalou-se um debate entre várias conceituações e designações para o fenômeno. Servindo de base para esta investigação, uma recente revisão compreensiva de tal debate apontou consensos na área e propôs a seguinte conceituação: “[...] envolvimento dos governos não centrais em assuntos exteriores, de forma direta ou indireta, em atividades permanentes ou ad hoc, na persecução de objetivos funcionais” (Alvarez, 2021:n.p., grifo no original, tradução livre).

Seguindo, o contexto de fundação de ambas as iniciativas paradiplomáticas (a saber, Mercocidades e ZICOSUL) provém do processo de descentralização governamental (Falleti, 2010), que concedeu a cada nível administrativo competências específicas, e está inserido em intensas discussões acerca da globalização e da formação de agendas globais com o, então recente, fim da Guerra Fria (Safarov, 2019).

Então, com o fim da guerra, houve estímulo à cooperação para liberalizar o comércio e o capital financeiro em escala global, que se reorganizavam nessa mesma escala a partir da veloz disseminação e uniformização do progresso técnico (Safarov, 2019; Zanella et al., 2005). Assim, transformações de cunho tecnológico, político e ideológico iniciaram uma nova fase do capitalismo. Apesar da escala global e da uniformização das técnicas de produção e circulação, novas desigualdades se constituíram no processo, pois não atingem igualmente todos os lugares, grupos sociais e instituições (Santos e Arroyo, 1997). Consequentemente, aprofundaram-se, por exemplo, abismos entre países do centro e da periferia e no interior deles e, enquanto isso, há a resistência a tais efeitos, buscando preservar algum controle ou centralização nacional dos fluxos econômicos ou mitigar o processo de abertura.

Em função da resistência, tentando alguma conciliação entre os experimentos regionais e ideias da globalização neoliberal (Pessoa, 2021), despontaram as concepções de “regionalismo aberto” da Ásia Oriental e do “novo regionalismo” (Briceño Ruiz, 2018). A primeira, com origens no início da segunda metade do século XX, expressa a integração econômica orientada à abertura ao exterior e sem discriminação de economias de fora da região. Essa concepção ganha relevância com a ascensão das economias da Ásia Oriental como plataformas de exportação. O “novo regionalismo”, por sua vez, corresponde a um fenômeno integrante da globalização, compatível com a economia global interdependente e transcendente ao comércio, englobando múltiplas dimensões (política, social, cultural) e atores.

Nesse quadro compatível ao “regionalismo aberto”, o Tratado de Assunção estabeleceu a fundação do Mercosul em 1991 em meio a prazos de desgravação tarifária generalizados, adiantados e tornados automáticos. Nos primeiros anos, houve significativo aumento do comércio intrazona e Chile e Bolívia

aderiram como Estados associados em 1996 e 1997, respectivamente. Apesar da orientação comercial que tinha como alvo a inserção na economia global, o preâmbulo do Tratado de Assunção manteve a ideia de “desenvolvimento econômico com justiça social” como objetivo. A partir do grande interesse de atores não estatais em influenciar os rumos regionais (Almeida, 2011; Safarov, 2019), foram criados órgãos consultivos compostos por tais atores e, em linha ao concebido no “novo regionalismo”, o Mercosul desenvolveu, nos anos posteriores, discussões noutros campos temáticos.

O transcurso de discutir outros temas e de outros atores se engajarem no processo também tem relação com o novo momento da política internacional, notadamente, com as discussões no seio da Organização das Nações Unidas (ONU). Aproveitando do momento de distensão Leste-Oeste e do avanço da política neoliberal para além dos meios econômicos, uma série de conferências mundiais foi realizada pela ONU, como uma instituição global, para debater temas que, até então, não tinham sido trazidos para a arena internacional ou estavam em segundo plano, já que não tratavam de economia ou assuntos militares. Conforme Lindgren-Alves (2018: 42), “[...] as grandes conferências da década de 1990 procuraram abordar os múltiplos fatores dos respectivos temas em suas interconexões, inserindo o local no nacional e este no internacional”.

Assim, a agenda de bem-estar global pela livre circulação de bens, de um lado, conquistou a conclusão da Rodada Uruguai em 1994 e criação da Organização Mundial do Comércio (OMC).¹ De outro lado, desenrolou-se a “década das conferências das Nações Unidas” (ONU) a partir da agenda de bem-estar global pelos “novos temas” trazidos pelas conferências mundiais realizadas pela ONU. A inserção desses temas no debate global é entendida como o início da “agenda social da ONU” (Lindgren-Alves, 2018:47).

1 A Rodada Uruguai foi uma rodada de negociações comerciais internacionais de 1986 a 1994. Foi a última dentro do regime do Acordo Geral de Tarifas e Comércio (GATT, na sigla em inglês), dado que ela concluiu pela criação de uma organização para ser o seio das discussões sobre o comércio internacional, a Organização Mundial do Comércio (OMC).

Os “novos temas” que mereceram cúpulas específicas atentaram para as crianças, o meio ambiente, os direitos humanos, a população e o desenvolvimento, o desenvolvimento social, as mulheres e os assentamentos humanos. Tais cúpulas proporcionaram a participação de agentes sociais diversos e estes passaram a se referir ao conteúdo das cúpulas como “temas globais”. Sendo a década das cúpulas mundiais o período da formação da agenda social da ONU (Lindgren-Alves, 2018), cabe sublinhar que são seus desdobramentos os Objetivos de Desenvolvimento do Milênio e os Objetivos de Desenvolvimento Sustentável.

Dentre tais cúpulas sobre temas globais, estão a Conferência das Nações Unidas sobre Meio Ambiente e Desenvolvimento (a Rio-92) e a Cúpula Mundial sobre o Desenvolvimento Social (em Copenhague, 1995). A Rio-92 teve um caráter majoritariamente técnico-econômico. Porém, nela também foram debatidos temas sociais como a erradicação da pobreza, a melhoria das condições de vida e de trabalho no campo e na cidade, bem como a proteção das condições de saúde. É nesse contexto que se consolida a ideia de desenvolvimento sustentável — oriundo do Relatório Brundtland, no qual é dado aos Estados o direito de desenvolver-se, a partir da conciliação de preocupações com o aumento do nível de pobreza e desigualdades, com a viabilidade econômica e com a degradação ambiental pelos seres humanos.

Por seu turno, os três principais pontos debatidos na cúpula de Copenhague, de acordo com a Resolução n. 47/92, foram a integração social dos grupos mais prejudicados e marginalizados, o alívio e a redução da pobreza e a expansão do emprego produtivo. O intuito foi criar um diálogo entre a eficiência econômica e a justiça social, mas que não originou um conceito de desenvolvimento social bem delimitado.

O conceito de “desenvolvimento social” é algo que não constava originalmente da Carta das Nações Unidas. Emergira, aos poucos, na década de 1960, quando a questão do desenvolvimento, na esteira do processo de descolonização, passara a ocupar o centro das atenções internacionais. Nunca fora, porém, definido com clareza. Envolveria basicamente

a adição, às vezes sucessiva, outras vezes cumulativa, de setores como os da educação, da saúde, do trabalho, da moradia, dos serviços sociais e da previdência social à avaliação do funcionamento geral das sociedades (Lindgren-Alves, 2018:218).

À época da realização das cúpulas, na América Latina, em especial, os governos subnacionais buscavam consolidar seu espaço conquistado devido ao processo de descentralização administrativa pelo qual alguns países passaram na década anterior (a de 1980). Falletti (2010:1) afirmou que ao longo do último quarto do século XX ocorreram, ao redor do mundo, processos de descentralização — isto é, a transferência descendente de recursos, responsabilidades ou autoridade do governo nacional para os governos subnacionais. Esta descentralização é vista como um meio de democratizar a estrutura política dos países da América Latina, já que muitos estavam saindo de governos autoritários, ditatoriais (Borja et al., 1989; Oddone, 2008: 29-31).

Porém, Falletti (2010:6) também alertou que a descentralização resultante de reformas políticas, eleitorais, constitucionais, é uma influência do neoliberalismo para diminuir a capacidade de intervenção estatal na economia e no livre mercado. Nesse sentido, a conexão entre a paradiplomacia e os temas globais surge a partir da globalização neoliberal, que fez com que os Estados decidissem por contrair sua atuação, abrindo espaço para agentes privados, mas também para governos subnacionais buscarem seus objetivos na arena política global. Então, a paradiplomacia funciona como ferramenta de desenvolvimento local/regional na medida em que, por exemplo, possibilita articulá-lo politicamente às agendas da ONU para o desenvolvimento nesse cenário de contração estatal.

Como exposto anteriormente, a América Latina estava vivendo sob o auge do regionalismo aberto e do novo regionalismo. Tais concepções foram catapultadas por políticas neoliberais globais que estavam sempre em busca de novos mercados para a execução de suas iniciativas econômicas e em estímulos à competição por mercados assim como à adoção de

medidas unilaterais liberalizantes e de abertura.

A atuação externa dos governos subnacionais da América Latina se dá em um contexto no qual há redução da centralidade do Estado nacional e de sua capacidade de coordenação/articulação interna. Cidades, províncias, departamentos, estados federados, com suas demandas políticas próprias — individuais e/ou sem uma coordenação nacional —, também buscarão fazer parte dos projetos políticos que levam a cabo os processos internacionais de construção regional. Dessa forma, nascem redes de cidades e organizações de governos intermediários querendo pôr em evidência os contextos subnacionais nos processos de integração regional.

AS HISTÓRIAS E OS ÓRGÃOS TEMÁTICOS DA MERCOCIDADES E DA ZICOSUL

Após a exposição do contexto semelhante e mais geral do mundo e da América Latina da década de 1990, apresenta-se a Mercocidades e a ZICOSUL, trazendo a história e a estrutura institucional delas, focando nos órgãos temáticos.

A Rede Mercocidades surgiu em 1995, demandando um espaço na estrutura institucional do MERCOSUL. É uma rede internacional de cidades inicialmente voltada para os entes políticos dos Estados-Partes do MERCOSUL, mas que ao longo dos anos se expandiu e permitiu a adesão de cidades dos Estados associados do Mercosul (todos eles também países sul-americanos).

A ata de fundação institucionalizou a Rede criando o Conselho, a Secretaria Executiva e listou os seguintes temas como prioritários: (a) municipalidades e a universidade; (b) comércio exterior; (c) ciência, tecnologia – banco de talentos; (d) cultura; (e) turismo; (f) gestão municipal e planificação estratégica; (g) planejamento urbano e ambiental; (h) desenvolvimento social – educação e saúde; e (i) legislação e política tributária municipal. A maioria destes temas



permanece até hoje como prioritária no cotidiano da Rede. Assim, observa-se que as cidades estavam a par da emergência dos temas globais já tratados anteriormente (Lindgren-Alves, 2018:47).

A missão da Rede de potenciar a identidade e a integração regional visava assegurar o desenvolvimento das cidades e o bem-estar na América do Sul. Para a Mercocidades, a integração deve contribuir para o fortalecimento da democracia, do combate às desigualdades e exclusão social. Nesse sentido, os governos locais, como estrutura do Estado mais próxima ao cidadão, com capacidade de vincular o local, o regional e o global são entes políticos capazes de aprofundar a integração regional. Assim, nas Cúpulas de 1999 e 2000, a Rede expressou seu entendimento de integração da seguinte forma:

(...) processo solidário de participação de cidadãos, que não se restringe apenas ao Mercosul ou à América Latina, mas que deve desempenhar papel estratégico na formulação e na condução de uma ordem mais justa e igualitária (Mercocidades, 1999:1).

Das cidades, concebemos a integração regional como um instrumento para melhorar as oportunidades de desenvolvimento de nossos países com base na equidade.[...] Insistimos em aprofundar os aspectos de convergência para a cooperação em esferas não econômicas (como cultura, justiça, meio ambiente, desenvolvimento tecnológico) onde os interesses comuns prevalecem sobre possíveis tensões setoriais (Mercocidades, 2000:1).

A Rede, além de entender que seus membros são os entes mais eficientes/adequados para a consolidação da integração regional, se afasta da lógica econômica neoliberal que imperava no regionalismo sul-americano do final do século XX vinculando-se cada vez mais a temas sociais discutidos na arena global.

Por sua vez, as origens da Zona de Integração do Centro-Oeste da América do Sul remontam à década 1970 (Safarov, 2019; Tucumã, 2020) — época de interações pouco prósperas ante as ditaduras militares então vigentes. Em 1997, o I Encontro Internacional ZICOSUL Ásia-Pacífico foi realizado em Antofagasta, Chile, com presenças de representantes empresariais e autoridades nacionais e subnacionais sul-americanas e de países asiáticos e da Bacia do Oceano Pacífico (Silva et al., 2020; Tucumã, 2020). Assim, se configurou como iniciativa de atores governamentais e empresariais em um período de democratização na América do Sul (Juste, 2021; Silva et al., 2020).

Ademais, a criação da ZICOSUL congregou três fatores: (1) as necessidades de interconexão e desenvolvimento de áreas mediterrâneas e periféricas, sobretudo, as províncias do Noroeste Argentino; (2) a atuação da região costeira chilena de Antofagasta em se encarregar dos projetos de vinculação viária Atlântico-Pacífico do Cone Sul e; (3) a circulação histórico-econômica colonial em torno da exploração mineira (Safarov, 2019).

O Protocolo de Campo Grande (de 2005) e o Estatuto (aprovado em 2016)¹ são os documentos fundacionais da ZICOSUL. Pelo primeiro (ZICOSUL, 2005), a integração regional é um meio catalisador para o objetivo do “desenvolvimento e econômico-social” e do “desenvolvimento sustentável”. Esse mesmo documento posicionou a integração regional como uma necessidade para a inserção “competitiva e qualitativa” internacional dos membros. Ao longo do tempo, comissões especiais de trabalho foram sendo criadas para tratar

de: agropecuária e alimentar; assuntos institucionais e legais; indústria e comércio; educação; energia; infraestrutura e serviços conexos; meio ambiente; proteção social; cultura, museus e patrimônio; turismo.

Com objetivos e estrutura institucionais revisados pelo Estatuto de 2016 (ZICOSUL, 2016), o desenvolvimento sustentável foi delineado como seu objetivo, sendo associado à inserção internacional (apenas) competitiva e ao comércio exterior desenvolvido via “eixos de comunicação” (vinculação viária). À parte disso, a ZICOSUL também busca promover “integração social e cultural” com dois direcionamentos: o desenvolvimento socioeconômico e a atuação empresarial no “espírito da integração” do Centro-Oeste da América do Sul. E, dessa vez, foram listadas cinco áreas de atuação com objetivos específicos: comércio e indústria; infraestrutura, logística e serviços conexos; ambiente, produção e desenvolvimento sustentável; turismo, cultura e patrimônio; educação, ciência e tecnologia. Essas áreas tematizaram também as seis comissões permanentes de trabalho sucessoras das comissões especiais de trabalho.²

Apesar da orientação comercial e extrarregional das concepções de regionalismo predominantes na década de 1990, tanto a Mercocidades, quanto a ZICOSUL pautaram o caráter multidimensional da integração regional, tal como preconizado no “novo regionalismo”. A Mercocidades focou em temas que estavam começando a despontar no cenário global graças às cúpulas da ONU e, a partir dessa relação local-global, visou conquistar espaço e voz no processo de integração regional desenvolvido pelo MERCOSUL. E, quanto à ZICOSUL, embora houvesse ênfase no comércio exterior com a Ásia-Pacífico, suas discussões econômicas também trataram da produção agropecuária e agroindustrial, da estrutura de centro-periferia no interior dos países observada na perspectiva sul-americana, da infraestrutura econômica e do turismo.

1 Um novo estatuto foi aprovado em 2021, mas não foi disponibilizado no sítio eletrônico da ZICOSUL (BARBARÁN, 2021), não sendo objeto de análise deste artigo.

2 As duas últimas foram fundidas na Comissão de Turismo, Cultura, Patrimônio, Educação e Desenvolvimento Social, o que abriu espaço para a criação da Comissão de Produção Agropecuária e Agroindustrial.

DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL E SOCIAL NA MERCOCIDADES E ZICOSUL

Desenvolvimento sustentável e desenvolvimento social são o enfoque mais estrito desta seção e do artigo como um todo por serem assuntos de órgãos temáticos da Mercocidades e da ZICOSUL. Consoante a isso, são também temas que pautaram duas cúpulas mundiais, realizadas com intensa participação de representantes governamentais e não governamentais, e que formataram a agenda social da ONU.

Como já foi exposto, a década das conferências da ONU fez surgir no início do século XXI agendas de desenvolvimento aderidas por boa parte da sociedade mundial. Os governos subnacionais também repercutiram tais discussões e temas, inclusive em suas atividades internacionais, nomeadamente, a Mercocidades e a ZICOSUL. Interessa, então, saber e comparar como elas se relacionaram mais detidamente com as temáticas do desenvolvimento sustentável e do desenvolvimento social.

O atual Estatuto da Rede Mercocidades colocou as unidades temáticas como instâncias responsáveis pelo desenvolvimento de temas específicos. E elas têm as seguintes competências:

I. Formular e propor, na sua área temática, políticas comuns para que possam ser implementadas no âmbito da Rede; II. Formular e propor, dentro de sua área temática, indicadores comuns a serem adaptados pelas cidades integrantes da Rede; III. Promover a pesquisa e divulgação de experiências e políticas públicas desenvolvidas nas diferentes cidades do mundo; IV. Promover eventos de discussão sobre o tema de sua responsabilidade buscando obter propostas que serão defendidas e divulgadas pela Rede; V. Promover missões que possibilitem a compreensão dos processos que levam ao sucesso de políticas públicas e permitam sua reprodução; VI. Preparar um Banco de Dados com as informações sobre o tema coordenado (Mercocidades, 2015:n.p.).

A Unidade Temática de Desenvolvimento Social (UTDS) desde sua criação vem promovendo a implementação de políticas sociais nas seguintes linhas de trabalho, conforme consta no sítio eletrônico da Rede¹: novos modelos de gestão de políticas sociais, dimensões sociais da pobreza, estratégias políticas para os grupos vulneráveis, coordenação interjurisdicional das políticas sociais, dentre outras. Por ser um tema que em si abarca vários outros, ao longo dos anos a UTDS desenvolveu projetos e encontros com outras unidades da Rede, como a de Direitos Humanos e Migrações, Gênero, Educação, Ambiente e Desenvolvimento Sustentável, Juventude e Desenvolvimento Econômico Local. Essa interação com outros temas específicos da Rede tem base na ideia promovida desde as cúpulas mundiais de que o desenvolvimento, para ser efetivo, tem que abarcar o maior número de dimensões.

Nas discussões da UTDS, observou-se que, com a globalização, as cidades viram um aumento nas suas desigualdades, aumentando o número de excluídos. Portanto, as políticas sociais deveriam ter um papel de destaque. É com a formulação e aplicação dessas políticas que se busca não só uma sociedade mais igualitária, mas também uma democracia mais participativa (Mercocidades, 2005a). Uma política social eficaz faz com que aquela pessoa excluída passe por um período sob tutela do ente político e, por fim, goze plenamente dos seus direitos como cidadã.

A troca de experiências entre as cidades da Rede na UTDS tem uma importante função de mostrar as diversas formas de inclusão social. A Rede entende que para a consolidação do processo de integração regional é necessário que a cidadania plena seja alcançada pelo maior número de pessoas possível (Mercocidades, 2005b). Vale notar que, de acordo com os seus últimos planos de trabalho, a UTDS adotou alguns dos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável como diretrizes na consecução de seus objetivos (Mercocidades, 2021).

Já o tema ambiental dentro da Rede inicialmente estava ligado ao planejamento urbano. Posteriormente,

1 <https://mercociudades.org/pt-br/estrutura-e-autoridades/tematicas/desarrollo-social/>

a Unidade Temática de Ambiente e Desenvolvimento Sustentável (UTADS) foi assim denominada com a perspectiva de conciliação da preservação ambiental com o desenvolvimento socioeconômico.

Dentre os seus eixos de trabalho estão a preservação do solo e a biodiversidade, a preservação e recuperação da qualidade dos meios aquáticos e atmosféricos, a educação ambiental e gestão dos resíduos sólidos¹. Possivelmente devido ao tema da sustentabilidade ganhar cada vez mais força ao longo dos anos e a repercussão crescente do consenso científico em torno do aumento da temperatura média da Terra, esta unidade temática é uma das que conseguiram manter uma maior regularidade nas suas reuniões, participação em eventos globais e parcerias para desenvolvimento de projetos.

Em 2002 a UTADS foi a responsável por assinar a comunicação da Rede voltada para o evento Rio+10. Já em 2012, na ocasião da Rio+20, a Rede produziu um vídeo no qual destacava a Agenda 21 Local de alguns de seus membros. A Agenda 21 foi um documento assinado pelos países na Rio-92 que tinha como principal objetivo criar soluções para os problemas socioambientais mundiais. E a Agenda 21 Local, portanto, era o processo através do qual as autoridades locais trabalhavam em parceria com os vários setores da comunidade na elaboração de um plano de ação para implementar a sustentabilidade no nível local.

A Agenda 21 foi promovida pela UTADS a partir de 2005 com a realização do Seminário Ibero-americano de Formação Ambiental, em cuja declaração consta que:

É fundamental que os governos locais, no âmbito do Programa Agenda 21, aprovado na Rio-92 pelos diversos países, promovam esta participação ativa do cidadão, reavaliando os diversos padrões culturais, interesses, motivações e necessidades através de diferentes estratégias de educação formal e informal, educando para agir, participar e decidir na construção de futuros alternativos (Mercocidades e UCCI, 2005: n.p., tradução livre).

A UTADS entende que o bem-estar buscado pela Rede para os seus membros perpassa pela manutenção de um meio ambiente saudável. Como receptores diretos das demandas sociais, os governos locais têm um papel importante no enfrentamento da crise ambiental que atinge o planeta, provocada pelos seus próprios habitantes.

Tendo em vista o aumento de desastres provocados pelas mudanças climáticas, o Escritório das Nações Unidas para a Redução de Riscos (UNDRR) lançou, em 2015, a Campanha Mundial Construindo Cidades Resilientes, com o objetivo de tornar os municípios capazes de resistir, absorver ou se recuperar de forma eficiente dos efeitos de um desastre, seja ele qual for. Nesse contexto, o plano de trabalho da UTADS de 2017 teve o seguinte lema: “construção de sociedades resilientes no marco da integração regional” (Mercocidades, 2017:n.p.). E, em novembro de 2017, cidades da Argentina e do Brasil, participantes da unidade temática, produziram o Guia de Boas Práticas no Uso dos Recursos para promover formas de mitigação das mudanças climáticas entre os demais municípios da Rede e a população em geral.

Em 2019 a Rede adotou a cultura como pilar da integração regional e do desenvolvimento sustentável, pois entendeu que a cultura é a base de todo povo, cidade e comunidade.

Na esfera ambiental, os comportamentos que são fruto da cultura de cada comunidade inevitavelmente determinam como será a relação do homem com o meio ambiente. Se será de respeito, responsabilidade, compromisso. É fundamental que os bons hábitos façam parte da cultura, e se expressem em comportamentos saudáveis e sustentáveis para o nosso meio ambiente, do qual fazemos parte (Mercocidades, 2019:n.p., tradução livre).

Recentemente, a Rede Mercocidades criou vice-presidências para tratar de matérias importantes por meio de um representante específico no diálogo com outras instituições e com capacidade

1 <https://mercocidades.org/pt-br/estrutura-e-autoridades/tematicas/ambiente-e-desenvolvimento-sustentavel/>

de tomar decisões sem depender da Direção Executiva, como é o caso das unidades temáticas. Dentre as vice-presidências criadas, estão a de Desenvolvimento Social e a de Desenvolvimento Urbano Sustentável, cujos objetivos são respectivamente:

Unir as redes internacionais de Governos locais com redes de Governos regionais para preparar juntos a demanda para o nível nacional de uma nova governança multinível e um novo processo de descentralização acorde aos que demanda a implementação da Agenda 2030 (Mercocidades, 2018:84).

Incrementar as capacidades das cidades para enfrentar os desafios de gerir seus territórios de forma mais sustentável, em um contexto de variabilidade climática e crescimento urbano, colaborar com o processo de discussão da agenda urbana e incentivar na Rede uma agenda orientada à consecução dos ODS (Mercocidades, 2018:81).

Com isso, fica evidente que estes temas têm destaque dentro da Rede. Além da atuação das unidades temáticas como espaço para troca de experiências e desenvolvimento de projetos através da busca de financiamento externo, as vice-presidências são novos órgãos com a função de representar a instituição nos mais diversos fóruns globais.

Já a ZICOSUL, conforme previsto pelo seu estatuto, possui um documento que lista seus objetivos específicos para cinco áreas (ZICOSUL, 2017). Uma delas envolve nomeadamente o desenvolvimento sustentável e a outra, a educação, ciência e tecnologia, o que pode ser associado ao desenvolvimento social. Apresentam-se os objetivos específicos dessas duas áreas a seguir:

Ambiente, desenvolvimento sustentável e mudanças climáticas: • promover um desenvolvimento sustentável; • difundir a legislação ambiental aplicável aos membros da ZICOSUL. Educação, ciência e tecnologia: • fomentar a investigação científico-tecnológica de aplicação produtiva para o desenvolvimento sustentável e não dependente; • promover a utilização

e difusão de recursos científicos e tecnológicos da sub-região; • fomentar a cooperação internacional para a formação de docentes e intercâmbios de experiência nas novas problemáticas de crianças e adolescentes; • fomentar a cooperação internacional para a formação de docentes e intercâmbios de experiência nas novas tecnologias e métodos de aprendizagem; • facilitar o acesso a ferramentas e métodos de alfabetização digital; • promover o acesso à educação moderna que transmita as competências necessárias para o mundo do trabalho (ZICOSUL, 2017:1, tradução livre, grifo nosso).

Para a primeira área, há apenas dois objetivos específicos (a menor quantidade) e foram redigidos de forma bastante genérica. Para a segunda área, embora ela reúna a segunda maior quantidade de objetivos, essa área desaparece em publicações institucionais (Tucumã, 2022; ZICOSUL, 2019) e apenas um de seus objetivos (o segundo, que é “promover a utilização e difusão de recursos científicos e tecnológicos da sub-região”) persiste, no entanto, incluído na área de turismo e cultura.

A despeito de o VI Encontro Internacional ZICOSUL Ásia-Pacífico em 2003 ter deliberado a necessidade de ter um sítio eletrônico para difundir e promover informações sobre os encontros da ZICOSUL, há grandes debilidades na memória institucional com diversos documentos indisponíveis. Nessas condições, há registros de quatro reuniões recentes da Comissão de Meio Ambiente, Desenvolvimento Sustentável e Mudanças Climáticas (em 2017, 2019, 2020 e 2021) e nenhuma da Comissão de Turismo, Cultura, Patrimônio, Educação e Desenvolvimento Social. Sobre este último tema, há apenas a ata de uma reunião sobre educação com a Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura (UNESCO).

Em contraste à abrangência dos objetivos específicos, a comissão sobre meio ambiente manteve reuniões nos últimos anos e trabalhou em atividades bastante específicas. Elas culminaram no instrumento da área de gestão compartilhada (AGC), um mo-

delo para a gestão de recursos naturais e o planejamento territorial. Além disso, com um convênio com a União Internacional para Conservação da Natureza (UICN), a ZICOSUL se comprometeu a fortalecer sua então Subcomissão de Áreas Protegidas, Gestão Territorial e Mudanças Climáticas e a apoiar os Encontros de Áreas Protegidas da ZICOSUL, dentre outras cláusulas. No primeiro desses encontros, houve a assinatura do Acordo para o Fortalecimento Regional dos Sistemas de Áreas Protegidas (Acordo de Salta) em 2014, que levou ao Plano Estratégico de Ação em Áreas Protegidas da ZICOSUL (ZICOSUL, 2018).

Dessa maneira, mirando o protagonismo subnacional, os espaços interjurisdicionais, as “paisagens protegidas” da UICN e as “reservas da biosfera” transfronteiriças da UNESCO — ambas formuladas sem apartar cultura e natureza na busca pela sustentabilidade —, a Comissão estabeleceu a área de gestão compartilhada da bacia do Rio Pilcomayo (ZICOSUL, 2018). Também conseguiu financiamento da União Europeia para o projeto “Pilcomayo Trinacional: área de gestão compartilhada”, o qual foi executado por governos subnacionais e organizações da sociedade civil (ZICOSUL, 2021a). Mais tarde, esse projeto deu origem a eventos sobre o Gran Chaco Americano (ZICOSUL, 2022b) e estímulos a outros projetos e à busca por novas fontes de financiamento (ZICOSUL, 2018).

Além disso, em 2022, a comissão iniciou as atividades do Grupo Fogo (a ela vinculado) com um evento de fortalecimento do trabalho conjunto transfronteiriço, de troca de experiências, chamando atenção para que os Estados articulem sua atuação com a comunidade e a sociedade civil organizada (ZICOSUL, 2022a). Nesse sentido, na ata de 2020 estão registradas as trocas de informações sobre a situação e características dos territórios (ocorrência de seca, quantidade de áreas protegidas) e a atuação dos governos intermediários (adesão a instrumentos internacionais, programa de reconversão industrial, novas legislações, demandas junto ao governo nacional) (ZICOSUL, 2020).

Tal ata registrou ainda falas preocupadas com a necessidade do trabalho transversal e conjunto com os membros e com as outras comissões da ZICOSUL, bem como as significativas falas de intenção de que a Comissão exerça “monitoramento, geração e gestão de informação, comunicação estratégica” (ZICOSUL, 2020:3, tradução livre). Também registrou a oportunidade de mostrar na ZICOSUL “que o esforço de exportar seja entendido pelo mundo sob a responsabilidade social e ambiental” (ZICOSUL, 2020:5, tradução livre).

A primeira fala impulsiona para ações mais direcionadas e robustas que as trocas de informações (por vezes, pontuais). Já a segunda tem por base a transversalidade dos assuntos ambientais sob a motivação comercial anunciada para o projeto Pilcomayo Trinacional, pela qual o esforço da ZICOSUL é “dinamizar seus vínculos comerciais com o Sudeste Asiático, intercambiando produtos com maior compromisso ambiental em sua produção” (Tucumã, 2022:36, tradução livre).

No tocante ao desenvolvimento social, uma vez sem registros sobre a Comissão de Turismo, Cultura, Patrimônio, Educação e Desenvolvimento Social, resta analisar a ata da reunião com a UNESCO e certas atividades empreendidas pela Secretaria e Presidência da ZICOSUL que promovam os diálogos entre temas, tal qual na Cúpula de Copenhague.

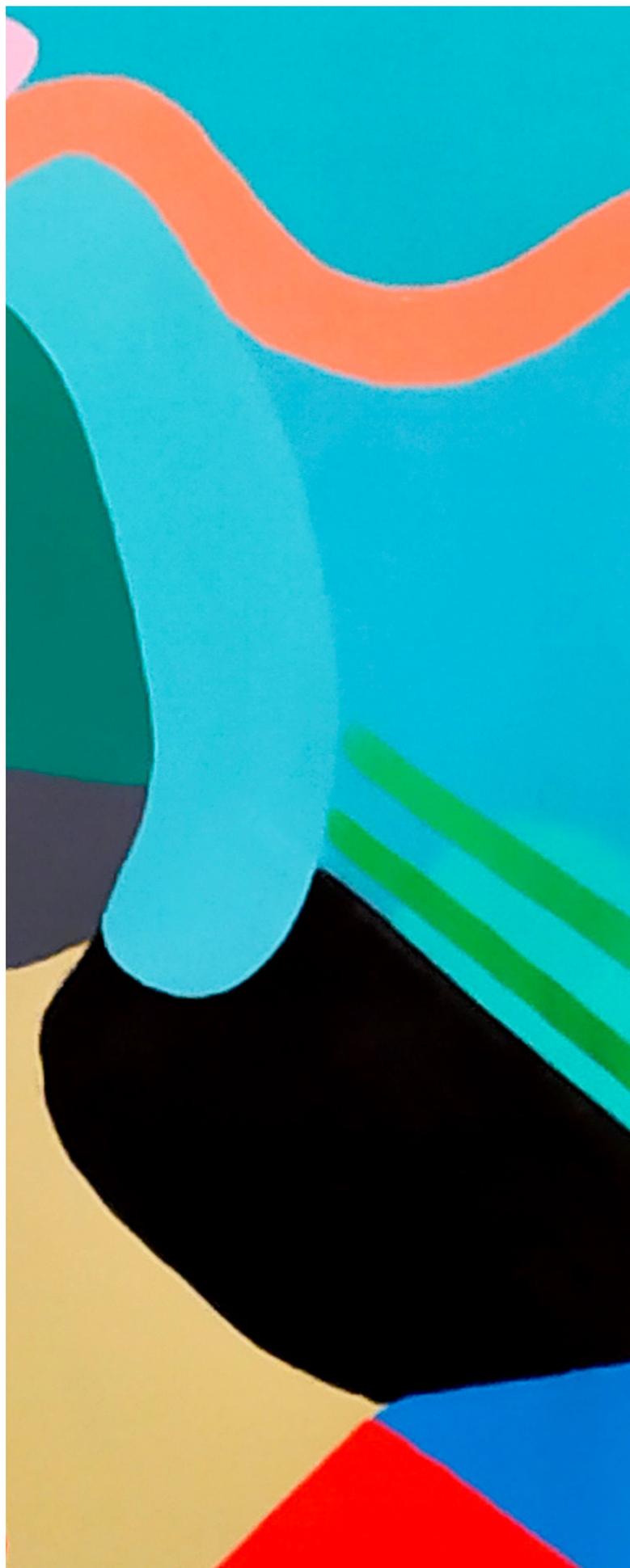
Em 2020, funcionários dos governos intermediários se reuniram com representantes do Escritório para América Latina do Instituto Internacional de Planejamento Educacional (IPE) da UNESCO. Embora os desafios à educação trazidos pela pandemia de COVID-19 tenham sido descritos como tema da reunião, associando saúde e educação, o intercâmbio de “boas práticas” e ações em políticas educacionais e o IPE pautaram a reunião. Além disso, vale salientar ainda quando abordaram o uso de tecnologias digitais, a alimentação escolar, problemas de conectividade e a situação da zona rural, enquanto tratavam de educação (ZICOSUL, 2021b). Em suma, o que foi abordado nessa reunião perpassou vários

dos objetivos específicos da área de educação, ciência e tecnologia.

Em meio ao processo de voltar a participar da Organização das Regiões Unidas / Fórum de Governos Regionais e Associações Globais de Regiões (ORU-FOGAR), da qual foi fundadora, a ZICOSUL se aproximou mais de agendas globais, a saber, Agenda 2030, Acordo de Paris sobre Mudanças Climáticas e a Nova Agenda Urbana. Mais precisamente, tal reaproximação guarda relação com o envolvimento incipiente da ZICOSUL em discussões sobre soberania e segurança alimentar. Cientes da incipiência, nota-se que as capacidades agroexportadoras dos territórios da ZICOSUL não foram trazidas como soluções nessas discussões.

Percebe-se o caráter incipiente também em certa atividade desenvolvida com o Conselho de Governadores do Paraguai, em que se almeja capacidade de gestão a partir de cooperação técnica da ZICOSUL com o Instituto Interamericano de Cooperação para a Agricultura (IICA). Igualmente, refletindo objetivos paradiplomáticos bem comuns, a participação da ZICOSUL na ORU-FOGAR interessa para “melhorar a capacidade de gestão estratégica dos governos intermediários, [...] acessar financiamento para as ações nesta área e [discutir] as potencialidades e possíveis dificuldades na execução” (TUCUMÃ, 2022:58, tradução livre).

O desenvolvimento social, portanto, na ZICOSUL, conta com vários objetivos específicos, mas não há registros de atividades de sua comissão e ações sobre o tema são dispersas e iniciais em comparação ao tema do desenvolvimento sustentável. Este tema, por seu turno, surpreende nas ações desenvolvidas pela comissão pertinente, com resultados palpáveis. A surpresa está por conta de seus dois “objetivos específicos” amplos e, sobretudo, da estrutura institucional da ZICOSUL e histórica da região voltada para exportar a produção tradicionalmente pouco sustentável do agronegócio e do grande extrativismo.



CONSIDERAÇÕES FINAIS

A partir da investigação empreendida, não se confirmou que a dessemelhança dos tipos de membros das duas iniciativas paradiplomáticas regionais tenha produzido diferenças no tratamento dos temas do desenvolvimento sustentável e do desenvolvimento social pelas iniciativas. Observou-se tratamentos distintos entre os temas e entre elas, porém, outros fatores explicativos levam à diferenciação. Também foram encontrados elementos de semelhança no trato de tais temas.

Nesse sentido, as cúpulas mundiais promovidas pelas Nações Unidas na década de 1990 difundiram discussões sobre desenvolvimento sustentável e desenvolvimento social pelo mundo. No entanto, o primeiro tema ganhou mais repercussão e até sua conceituação foi mais elaborada em comparação ao segundo. Ambos resultam de articulações de problemas humanos de distintas dimensões, mas se relacionam de forma distinta com assuntos econômicos. Enquanto o desenvolvimento sustentável tem em seu tripé conceitual a viabilidade econômica, a discussão de tais assuntos no desenvolvimento social é vista vinculada aos problemas da pobreza e do emprego.

Essa diferença pode ser associada às características do imediato período pós-Guerra Fria, quando discussões econômicas sob a globalização neoliberal ganharam proeminência. Elas conduziram as atividades de cooperação entre os Estados a fim da liberdade dos fluxos econômicos. Da mesma forma, dentre os próprios governos subnacionais, o fenômeno da paradiplomacia é associado ao desenvolvimento local/regional, em sua vertente econômica da descentralização na contração estatal.

Comparativamente, o tema do desenvolvimento social foi pouco trabalhado nos órgãos temáticos tanto da Mercocidades, quanto da ZICOSUL. Ao mesmo tempo, instâncias mais próximas à cúpula institucional foram criadas ou protagonizaram as atividades. Na primeira organização regional, esse tema acabou por se desenrolar transversalmente nas atividades de

outras unidades temáticas mais específicas, devido justamente à abrangência temática do desenvolvimento social. Por isso, observa-se pouca produção a partir da UTDS. Na segunda, a comissão daquele tema não tem registros de suas atividades, enquanto que a Secretaria e Presidência Pro Tempore da ZICO-SUL conduziu atividades dispersas, iniciais, focadas mais na educação e, talvez por isso, interagindo com outras organizações de atuação internacionais mais experientes no desenvolvimento social (no caso, a IICA, a ORU-FOGAR e a UNESCO).

Em relação ao desenvolvimento sustentável, observa-se a busca por capacitação técnica e capacidades de gestão sendo características comuns no trabalho de ambas, especialmente, no relacionamento com outras instituições internacionais. Nesse aspecto, a UTADS teve intensa e constante interação com as agendas e os programas das Nações Unidas voltados para a sustentabilidade e mudança climática (como Agenda 21 e Agenda 2030). E as interações da comissão da ZICOSUL foram mais direcionadas à elaboração da concepção de “área de gestão compartilhada” a partir de experiências da UNESCO e da UICN, ainda que guiada pela motivação em aumentar as exportações, dotando-as de “compromisso ambiental”.

Por fim, como lição, tal comparação entre Mercocidades e ZICOSUL traz que as duas instituições possuem, ao mesmo tempo, trajetórias compartilhadas e divergentes influenciadas pelo modo que dão sentido à integração regional. Este fator explicativo, então, influencia como elas priorizam e tratam seus temas de trabalho. O estágio das discussões globais sobre desenvolvimento social influencia as atividades da Mercocidades e da ZICOSUL no tema. Por outro lado, as duas organizações avançaram no tocante à concepção tradicional do desenvolvimento sustentável, quando trabalham com o tema sem dissociar a cultura da discussão da sustentabilidade. Ainda assim, consoante ao sentido de integração regional de cada, a primeira trabalha em linha à legitimidade política das agendas da ONU e a outra carrega a centralidade de assuntos econômico-comerciais em suas ações.

Luan Olliveira Pessoa

Doctorando y magíster en Relaciones Internacionales por la Universidad Federal de Bahía (UFBA) y licenciado en Relaciones Internacionales por la Universidad Federal de San Pablo (UNIFESP). Becario por la CAPES. Investigador miembro del Observatorio de Regionalismo (ODR). Interesado en regionalismo, economía política internacional, política exterior brasileña, desarrollo regional, América Latina y el Caribe, Mercosur, Nordeste Brasileño.



Catharino Pereira dos Santos

Licenciado en Derecho (UNEB) con especialización en Derecho Internacional (CEDIN). Actualmente se está especializando en Derecho Constitucional (ABDConst) e investiga la Red Mercocidades como intersección entre la integración regional, cooperación internacional para el desarrollo y paradiplomacia en el curso de máster del Programa de Posgrado en Relaciones Internacionales de la Universidad Federal de Bahía (PPGRI/UFBA), con beca CAPES.



BIBLIOGRAFÍA

Almeida, F. (2011). "O Mercosul, a paradiplomacia e as políticas nacionais para atuação dos governos subnacionais no processo de integração regional". Associação Brasileira de Relações Internacionais. Anais do 3.º Encontro Nacional ABRI 2011. São Paulo: Instituto de Relações Internacionais - USP.

Alvarez, M. (2022). "Debates teóricos sobre la acción exterior de los gobiernos no centrales: Una propuesta sintetizadora respecto de la paradiplomacia". *Papel Político*, 26. DOI:<https://doi.org/10.11144/Javeriana.papo26.dtae>.

Borja, J. et al. (1989). *Descentralización del estado: movimiento social y gestión local*. ICI, 1ª ed.

Briceño Ruiz, J. (2018). *Las teorías de la integración regional: más allá del eurocentrismo*. Bogotá: Centro de Pensamiento Global. p. 67-78. DOI:<https://doi.org/10.16925/9789587601015>.

_____. (2012). "Autonomía y desarrollo en el pensamiento 'integracionista' latinoamericano". In: Briceño Ruiz, J. et al. (org.). *Integración Latinoamericana y Caribeña. Política y Economía*. Madrid, Fondo de Cultura Económica. p. 29-60.

Cornago Prieto, N. (1999). "Diplomacia, paradiplomacia y redefinición de la seguridad mundial: dimensiones de conflicto y cooperación". Aldecoa, F., y Keating, M. (org). *Paradiplomacia: las relaciones internacionales de las regiones*. Madrid: Ediciones Jurídicas y Sociales. p. 55-77.

Duchacek, I. (1984). "The International Dimension of Subnational Self-government". *Publius: The Journal of Federalism*. p. 5-31.

Falleti, T. (2010). *Decentralization and Subnational Politics in Latin America*. Cambridge. Cambridge University Press.

Kuznetsov, A. (2015). *Theory and Practice of Paradiplomacy – Subnational Governments in International Affairs*. Londres e Nova Iorque: Routledge.

Lindgren-Alves, J. (2018). *A Década das Conferências (1990-1999)*. Brasília: FUNAG.

Mercocidades. (2021). *Plano de Trabalho da UTDS 2021-2023*. Montevideu: Mercocidades.

_____. (2019). *Plan de Trabajo Ambiente y Desarrollo Sostenible*. Montevideu: Mercocidades.

_____. (2018). *Relatório da Presidência e da Secretaria Técnica Permanente de Mercocidades 2017-2018*.

Montevideú: Mercocidades.

_____. (2017). Plan de Trabajo Ambiente y Desarrollo Sostenible. Montevideú: Mercocidades.

_____. (2015). Estatuto de Mercociudades vigente. Montevideú: Mercocidades.

_____. (2015). Acta de la reunión de la UTDS. Montevideú: Mercocidades.

_____. (2014). Conclusiones de las Jornadas Urbanismo, Ambiente y Territorios en el Municipio. Montevideú: Mercocidades.

_____. (2007). Acta de la Reunión de la Unidad Temática de Ambiente y Desarrollo Sostenible. Montevideú: Mercocidades.

_____. (2005a). Balance entre el año 2000 y 2005. Montevideú: Mercocidades.

_____. (2005b). Relatoria del grupo n. 1 de la Reunión de la UTDS. Montevideú: Mercocidades.

Mercocidades e UCCI. (2005). Declaración del Seminario Iberoamericano de Formación Ambiental. Montevideú: Mercocidades.

Oddone, N. (2009). La Red De Mercociudades: Globalización, Integración Regional Y Desarrollo Local. Observatorio de la Economía Latinoamericana, Servicios Académicos Intercontinentales SL.

Pessoa, L. (2021). “Volta às origens: o regionalismo aberto, tempos depois, no Mercosul”. *Cadernos de Regionalismo ODR*, volume 5, issue 1, pp. 91-99.

Safarov, A. (2019). “La paradiplomacia del noroeste argentino: el caso ZICOSUR”. *Revista de la Secretaría del Tribunal Permanente de Revisión*, volume 7, issue 14, pp. 283-294. DOI: <https://doi.org/10.16890/rstpr.a7.n14.p283>.

Santos, M. e Arroyo, M. (1997). “Globalização, regionalização: proposta do Mercosul”. In: *Indústria e Globalização da Economia*. Brasília: SESI-DN. pp. 55-64.

Soldatos, P. (1990). “An explanatory framework for the study of federated states as foreign-policy actors”. In: SOLDATOS, Panayotis; MICHELMANN, Hans (Eds.). *Federalism and international relations: the role of subnational units*. Oxford: Claredon Press.

Tucumã. (2022). Memorias de la ZICOSUR. <<https://zicosur.co/wp-content/uploads/2022/04/Memorias-de-la-ZICOSUR.pdf>> [Consulta: 3 de agosto de 2022].

Zanella, C. et al. (2010). “Globalização, Integração Regional e Mercosul”. *Revista Sociais e Humanas*, volume 18, issue 2, p. 33-40. <<https://periodicos.ufsm.br/sociaishumanas/article/view/1393>> [Consulta: 1 de agosto de 2022].

Zicosul. (2022b). Se realizó el 4º encuentro para dialogar sobre la sustentabilidad del Gran Chaco Americano. Tucumã: Zona de Integração do Centro-Oeste da América do Sul, <<https://zicosur.co/se-realizo-el-4-encuentro-para-dialogar-sobre-la-sustentabilidad-del-gran-chaco-americano/>> [Consulta: 3 de agosto de 2022].

_____. (2022a). La ZICOSUR participa de un encuentro transfronterizo para la gestión de incendios forestales. Tucumã: Zona de Integração do Centro-Oeste da América do Sul, <<https://zicosur.co/la-zicosur-participa-de-un-encuentro-transfronterizo-para-la-gestion-de-incendios-forestales/>> [Consulta: 3 de agosto de 2022].

_____. (2021b) Reunión de responsables del área de Educación de los Estados Miembros de la ZICOSUR junto a la IIPE UNESCO. Tucumã: Zona de Integração do Centro-Oeste da América do Sul, <<https://zicosur.co/wp-content/uploads/2021/04/ACTA-Reunion-Educaci%C3%B3n-ZICOSUR-y-UNESCO-28-08.pdf>> [Consulta: 3 de agosto de 2022].

_____. (2020). Reunión de responsables del área de Ambiente, Desarrollo Sustentable y Cambio Climático de los Estados Miembros de la ZICOSUR. Tucumã: Zona de Integração do Centro-Oeste da América do Sul, <<https://zicosur.co/wp-content/uploads/2021/04/ACTA-18-08-Reuni%C3%B3n-de-Comisi%C3%B3n-de-Ambiente-Desarrollo-Sustentable-y-Cambio-Clim%C3%A1tico-ZICOSUR.pdf>> [Consulta: 3

de agosto de 2022].

_____. (2019). Libro ZICOSUR. Tucumã: Zona de Integração do Centro-Oeste da América do Sul, <<https://zicosur.co/wp-content/uploads/2019/11/Zicosur%2011-19.pdf>> [Consulta: 3 de agosto de 2022].

_____. (2018). Áreas de gestión compartida: integración política regional en los territorios. Tucumã: Zona de Integração do Centro-Oeste da América do Sul, <<https://zicosur.co/wp-content/uploads/2018/05/AREASDEGESTIONCOMPARTIDA.pdf>> [Consulta: 3 de agosto de 2022].

_____. (2017). Objetivos. Tucumã: Zona de Integração do Centro-Oeste da América do Sul, <<https://zicosur.co/wp-content/uploads/2017/07/OBJETIVO1.docx>> [Consulta: 3 de agosto de 2022].

_____. (2016). Estatuto de la Zona de Integración del Centro Oeste de América del Sur. Tucumã: Zona de Integração do Centro-Oeste da América do Sul, <<https://zicosur.co/wp-content/uploads/2018/01/ESTATUTO-DE-LA-ZONA-DE-INTEGRACION-C3%93N-VERSION-C3%93N-FINAL.pdf>> [Consulta: 3 de agosto de 2022].